

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucuri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco CSF S.A. ("Banco"), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), acrescidas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras.

DESTAQUES DO PERÍODO

Balanco Patrimonial (R\$ milhões)	31/12/2021	31/12/2020	Δ%	Resultados (R\$ milhões)	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Ativos totais	14.174	12.389	14%	Resultado bruto da intermediação financeira...	2.642	2.316	14%
Carteira de crédito	13.194	11.063	19%	Despesas com provisão para perda esperada	(1.541)	(1.468)	5%
(-) Provisão para Perda Esperada (PCLD)	(1.579)	(1.333)	18%	Resultado operacional	978	582	68%
Passivos financeiros	8.800	6.994	26%	Lucro líquido	626	348	80%
Patrimônio líquido	2.861	2.817	2%				

Índice de Basileia	RENTABILIDADE	
Nível I	ROAE	ROAA
16,8%	25,9%	5,0%
Índice de Eficiência	NIM (ex PCLD) (i)	
32,9%	19,9%	

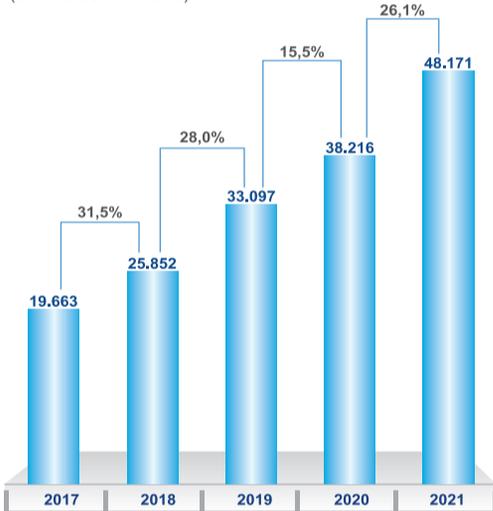
(i) NIM = Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da PCLD / (Ativos Totais – Permanente).

RATINGS

Agência	Rating	Data de atualização	Perspectiva
S&P Global Ratings	brAAA	20/12/2021	Estável

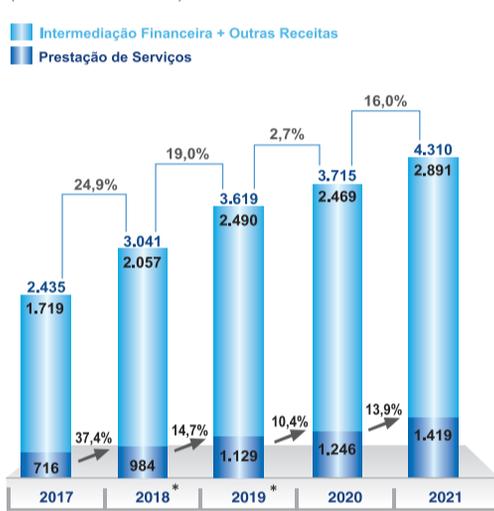
Indicadores de Negócio dos Períodos

Faturamento
(Em milhões de Reais)



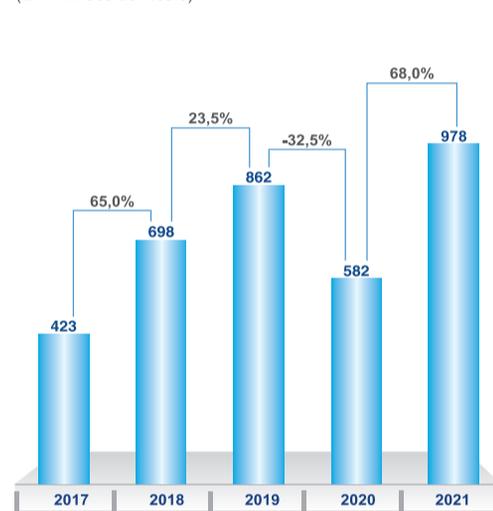
Em 31 de dezembro de 2021, o Banco permanece com a tendência de crescimento, com um aumento no faturamento de 26,1% em relação ao ano anterior.

Receita
(Em milhões de Reais)



(*) Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e a Resolução BCB nº 2/20, foi adaptada a apresentação do gráfico de receitas, em linha com as Demonstrações dos Resultados. A receita total apresentou aumento de 16% em comparação ao ano anterior. A mesma tendência de crescimento ocorreu para a receita de prestação de serviços, representando 32,9% da receita total.

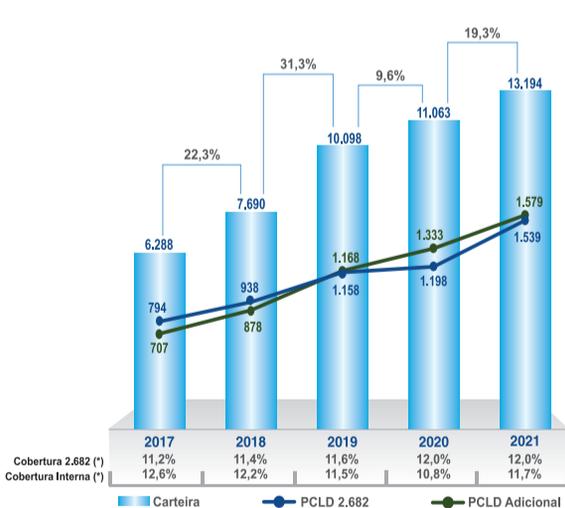
Lucro antes dos impostos (LAIR)
(Em milhões de Reais)



No exercício de 2021, o LAIR aumentou 68% em comparação ao ano anterior, impactado pelo aumento da receita de intermediação financeira, apresentando a retomada dos patamares pré-pandemia.

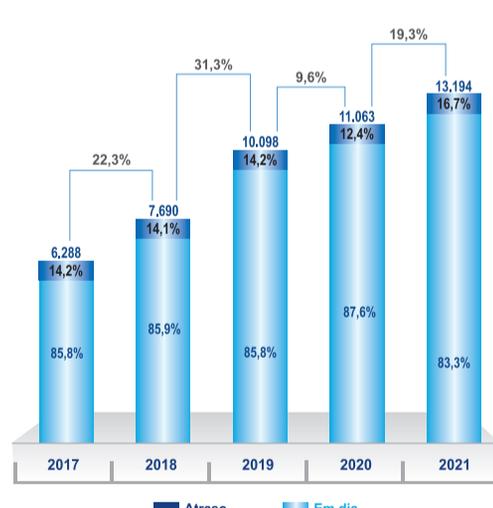
Indicadores de Performance de Crédito

Provisão de Crédito 2.682 e Metodologia Interna
(Em milhões de Reais)



Cobertura = provisão / carteira
Por política interna do Banco, o saldo de provisão é mensalmente calculado em duas metodologias, Resolução CMN nº 2.682/99 e modelo interno, e contabilizado, sempre, o de maior cobertura. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo de provisionamento registrado foi a metodologia da Resolução nº 2.682/99 e obteve um aumento de 18% em relação ao ano anterior, acompanhando o aumento da carteira.

Distribuição em dia e atraso sobre Carteira Total (*)
(Em milhões de Reais)



(*) Considera-se o efeito arrasto da PCLD. A carteira em dia foi impactada com uma redução de 13%, por um maior saldo de inadimplência no último trimestre de 2021.

% acima de 30 e 90 dias de atraso (Over 30 e Over 90)
(Em milhões de Reais)



O percentual de carteira em atraso acima de 30 dias (Over 30) e 90 dias (Over 90) apresentam aumento, influenciado pelo maior número de inadimplência no último trimestre de 2021.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco mantém práticas adequadas nos processos de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, com atuação ativa da Administração. Os comitês que se reportam diretamente ao Conselho de Administração são:

- Comitê Integrado de Riscos:** composto por membro independente e representantes dos acionistas, é responsável por propor recomendações ao Conselho de Administração sobre a gestão integrada de riscos, bem como avaliar os níveis de apetite de riscos da Instituição, políticas, estratégias e supervisionar a atuação do CRO (Chief Risk Officer), avaliando o grau de aderência aos processos de gerenciamento de riscos e capital.
- Comitê de Auditoria:** composto pela diretoria do Banco, com a participação de membro independente, atuando como especialista financeiro, é responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de administração de riscos, pelas atividades da auditoria interna e as atividades das empresas de auditoria independente do Banco.
- Comitê de Remuneração:** composto por representantes dos acionistas especialistas no assunto, é responsável por assessorar o Conselho de Administração do Banco na condução da política de remuneração de seus Administradores.

RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES COLIGADAS E/OU CONTROLADAS

Em 8 de fevereiro de 2019, o Banco teve deferido pela JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo, o Termo de Autenticação - Registro de Constituição da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada). É uma empresa subsidiária, onde o Banco é detentor de 100% (cem por cento) do capital social.

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

Carrefour
banco

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS E REINVESTIMENTO DE LUCROS

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências.

A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva, somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

GESTÃO DE CAPITAL E DOS RISCOS DE LIQUIDEZ, MERCADO, CRÉDITO E OPERACIONAL

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco visa assegurar um crescimento sustentável com efetivo controle das operações, otimizando a utilização do capital e garantindo a solvência da Instituição, o aprimoramento contínuo dos seus processos e maior segurança e retorno aos nossos acionistas.

O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada por uma estrutura segregada das demais unidades de negócios. Com o objetivo de garantir uma atuação independente, está estruturada à área de Riscos, responsável pelo gerenciamento integrado dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, risco estratégico, reputacional, socioambiental e gestão do capital. O processo de Gerenciamento Integrado de Riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e dos relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração. As informações detalhadas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco podem ser consultadas no site www.carrefoursolucoes.com.br na página de Governança Corporativa.

BANCO CSF MOBILIZADO PARA ENFRENTAR A COVID-19

O Banco mantém suas atividades operacionais, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e das demais autoridades, com intuito de garantir a continuidade dos negócios e adotando ações sobre os seguintes pilares:



Crédito & Cobrança

- Ações estratégicas de cobrança;
- Redução de despesas não essenciais;
- Ações de aquisição: ajuste nas estratégias dos canais; e
- Ações de manutenção: adaptação nas estratégias de linha de crédito.



Clientes

- Educação financeira;
- Alívio da taxa de juros e prazos;
- Direcionando clientes para acessar canais digitais; e
- Apoio ao microempreendedor através da divulgação gratuita no site Cartão Atacadão.



Liquidez & Capital

- Controle do índice de Basileia;
- Letra financeira com garantia de ativos de crédito; e
- Instrumentos de captação de longo prazo, reforçando o fluxo de caixa.



Pessoal & Operações

- Descontos exclusivos para funcionários;
- Reforço e acompanhamento nos protocolos de saúde;
- Fortalecimento das operações e atendimento ao cliente;
- Ações para garantir a entrega de cartões, senhas e faturas; e
- Trabalho remoto para funcionários e atendimento ao cliente.

AGRADECIMENTOS

O Banco agradece a todos os nossos clientes, pela preferência e confiança e aos nossos colaboradores, pela entrega e dedicação, sem eles não conseguiríamos obter os resultados alcançados.

A DIRETORIA

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2021		31/12/2020		Passivo	Nota explicativa	31/12/2021		31/12/2020	
Disponibilidades	4	10.278	7.742			Passivos financeiros		8.799.591	6.994.109		
Instrumentos financeiros		3.330.942	2.703.102			Depósitos		807.001	330.142		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	487.380			Depósitos à vista	13.1	12.052	8.818		
Aplicações em operações compromissadas		-	487.380			Depósitos a prazo	13.2	97.531	6.058		
Títulos e valores mobiliários	6	496.740	358.048			Depósitos interbancários	14	697.418	315.266		
Carteira própria		449.399	357.695			Captação no mercado aberto	15	46.800	2.000.430		
Vinculados a compromisso de recompra		46.972	-			Carteira própria		46.800	-		
Vinculados à prestação de garantias		369	353			Recursos de aceites e emissão de títulos	16	1.341.568	1.185.911		
Operações de crédito	7	2.834.202	1.857.674			Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, crédito e similares		1.341.568	1.185.911		
Setor privado		4.333.984	3.118.121			Relações interfinanceiras	17	6.604.222	5.478.056		
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.499.782)	(1.260.447)			Recebimentos e pagamentos a liquidar		6.604.222	5.478.056		
Outros créditos	8	9.593.487	8.573.395			Outras obrigações		1.770.812	2.000.430		
Rendas a receber		18.878	16.549			Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.998	59		
Valores a receber relativos a transações de pagamento	7	8.860.331	7.944.518			Sociais e estatutárias	20.4	178.501	99.252		
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(79.489)	(72.777)			Fiscais e previdenciárias	18.1	40.280	36.142		
Diversos		793.767	685.105			Diversas	18.2	1.547.033	1.864.977		
Outros valores e bens		102.271	74.103			Provisões	19	602.830	531.050		
Outros valores e bens		175	115			Passivos fiscais		139.951	46.234		
Despesas antecipadas	3.6	102.096	73.988			Correntes	9.3	139.951	46.234		
Ativos fiscais		270.221	216.591			Patrimônio líquido	20	2.860.895	2.817.046		
Correntes		-	2.585			Capital		1.742.000	1.742.000		
Diferidos	9.1	270.221	214.006			De domiciliados no país		1.742.000	1.742.000		
Investimento	10	43.679	-			Reservas de capital	20.1	5.235	3.353		
Imobilizado de uso	11	70.529	45.947			Reservas de lucros	20.2	1.115.073	1.074.258		
Outras imobilizações de uso		140.860	100.088			Outros resultados abrangentes	20.3	(1.413)	(2.565)		
(-) Depreciações acumuladas		(70.331)	(54.141)			Total do passivo e do patrimônio líquido		14.174.079	12.388.869		
Intangível	12	752.672	767.989								
Ativos intangíveis		1.161.414	1.097.623								
(-) Amortizações acumuladas		(408.742)	(329.634)								
Total do ativo		14.174.079	12.388.869								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.142.000	2.694	1.425.259	(375)	-	2.569.578
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	348.251	348.251
Destinações:							
Reserva legal	20.2	-	-	17.412	-	(17.412)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	231.587	-	(231.587)	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	20.4	-	-	-	-	(99.252)	(99.252)
Aumento de capital - Incorporação de reservas	20	600.000	-	(600.000)	-	-	-
Pagamento baseado em instrumento de capital	20.1	-	659	-	-	-	659
Ajuste ao valor de mercado - TVM	20.3	-	-	-	(2.465)	-	(2.465)
Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego	20.3	-	-	-	275	-	275
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.742.000	3.353	1.074.258	(2.565)	-	2.817.046
Mutação do exercício		600.000	659	(351.001)	(2.190)	-	247.468
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.742.000	3.353	1.074.258	(2.565)	-	2.817.046
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	626.318	626.318
Destinações:							
Reserva legal	20.2	-	-	31.316	-	(31.316)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	416.501	-	(416.501)	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	20.4	-	-	-	-	(178.501)	(178.501)
Pagamento baseado em instrumentos de capital	20.1	-	1.882	-	-	-	1.882
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	(287.971)	-	-	(287.971)
Juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	20.4	-	-	(119.031)	-	-	(119.031)
Ajuste ao valor de mercado - TVM	20.3	-	-	-	965	-	965
Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego	20.3	-	-	-	187	-	187
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.742.000	5.235	1.115.073	(1.413)	-	2.860.895
Mutação do exercício		-	1.882	40.815	1.152	-	43.849
Saldos em 30 de junho de 2021		1.742.000	4.008	884.955	(2.501)	351.764	2.980.226
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	274.554	274.554
Destinações:							
Reserva legal	20.2	-	-	31.316	-	(31.316)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	416.501	-	(416.501)	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	20.4	-	-	-	-	(178.501)	(178.501)
Pagamento baseado em instrumentos de capital	20.1	-	1.227	-	-	-	1.227
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	(98.668)	-	-	(98.668)
Juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	20.4	-	-	(119.031)	-	-	(119.031)
Ajuste ao valor de mercado - TVM	20.3	-	-	-	901	-	901
Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego	20.3	-	-	-	187	-	187
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.742.000	5.235	1.115.073	(1.413)	-	2.860.895
Mutação do semestre		-	1.227	230.118	1.088	(351.764)	(119.331)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucuri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

Carrefour

banco

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º semestre de 2021	Exercício	
			31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		1.236.154	2.297.212	1.944.193
Lucro líquido		274.554	626.318	348.251
Ajustes ao lucro líquido:		961.600	1.670.894	1.595.942
Depreciações e amortizações	11 e 12	49.127	95.304	87.588
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.4	911.171	1.540.843	1.468.246
Atualização monetária de depósitos judiciais	28	(11.514)	(16.157)	(9.647)
Atualização monetária de impostos a compensar	28	(100)	(128)	(78)
Impostos diferidos		(23.266)	(57.003)	(19.508)
Receita de juros não recebidos de títulos e valores mobiliários		(15.652)	(24.323)	(12.278)
Despesa de juros não realizados de captações e depósitos		36.223	49.973	20.445
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	19.2.2	4.391	11.838	6.073
Provisão para contingências e outras provisões fiscais	19.2.2	29.827	71.999	44.248
Outras provisões		26.710	60.189	8.784
Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital	20.1	1.691	2.567	945
(Ganho) / Perda na venda do imobilizado	11	6	8	(211)
Ajuste de avaliação atuarial (benefícios pós-emprego)		33	33	43
Resultado de equivalência patrimonial	10	(47.047)	(64.249)	1.292
Variação de ativos e passivos		(933.403)	(2.171.225)	(1.234.089)
(Aumento) / Redução dos ativos		(2.163.878)	(3.659.410)	(2.327.928)
Títulos e valores mobiliários		(117.353)	(113.405)	(55.124)
Operações de crédito		(1.264.131)	(2.510.659)	(1.071.826)
Comissões a receber		18.396	15.831	(1.605)
Valores a receber de sociedades ligadas		(21.985)	(1.185)	21.557
Outros créditos		(766.291)	(993.106)	(1.143.721)
Outros valores e bens		(6.576)	(28.168)	(21.988)
Impostos a compensar		6.071	3.782	(4.804)
Depósitos judiciais		(12.009)	(32.500)	(50.417)
Aumento / (Redução) das obrigações		1.230.475	1.488.185	1.093.839
Captação no mercado aberto		(65.482)	47.778	(279.967)
Captação em letras financeiras		146.263	143.095	(7.492)
Depósitos interfinanceiros		498.685	393.163	297.355
Depósitos a prazo		84.064	91.341	1.706
Impostos e contribuições a pagar		120.308	309.534	52.522
Obrigações com pessoal		(1.304)	(19.852)	(9.649)
Depósitos à vista		1.442	3.234	1.403
Valores a pagar a sociedades ligadas		(493.659)	(277.482)	543.437
Contas a pagar		1.098.349	1.066.122	708.426
Realização de contingências cíveis e trabalhistas		(6.326)	(12.057)	(18.173)
Resultado de exercícios futuros		-	-	(780)
Passivo fiscal diferido		-	-	(2)
Impostos pagos		(122.016)	(207.425)	(159.550)
Juros pagos		(29.849)	(49.266)	(35.397)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		302.751	125.987	710.104
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado de uso	11	(30.373)	(40.786)	(15.487)
Alienação de imobilizado de uso	11	-	-	297
Aquisição de intangível	12	(48.286)	(63.791)	(43.661)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(78.659)	(104.577)	(58.851)
Atividades de financiamento				
Dividendos pagos	37.1	(98.668)	(387.223)	(160.612)
Juros sobre capital próprio pagos	37.1	(119.031)	(119.031)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(217.699)	(506.254)	(160.612)
Aumento / (Diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		6.393	(484.844)	490.641
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	4	3.885	495.122	4.481
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercício	4	10.278	10.278	495.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	2º semestre de 2021	Exercício	
			31/12/2021	31/12/2020
Receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	21	1.434.127	2.694.031	2.352.320
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22	16.553	25.287	14.945
Despesas da intermediação financeira		(56.658)	(77.727)	(50.819)
Operações de captação no mercado	23	(56.658)	(77.727)	(50.819)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.394.022	2.641.591	2.316.446
Despesas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
Outras receitas (despesas) operacionais	7.4	(911.171)	(1.540.843)	(1.468.246)
Receitas de prestação de serviços	24	699.865	1.419.157	1.245.842
Despesas de pessoal	25	(99.755)	(175.083)	(198.553)
Outras despesas administrativas	26	(547.629)	(1.065.770)	(970.255)
Despesas tributárias	27	(124.127)	(233.306)	(196.672)
Resultado de participações em coligadas e controladas	10	47.047	64.249	(1.292)
Reversões (Despesas) e atualizações de provisões de contingências cíveis, trabalhistas	19.2.2	(4.391)	(11.838)	(6.073)
Reversões (Despesas) e atualizações de outras provisões	19.2.2	(6)	(9)	(249)
Outras receitas operacionais	28	82.193	171.901	101.817
Outras despesas operacionais	29	(152.156)	(291.801)	(241.240)
Resultado operacional		383.892	978.248	581.525
Outras receitas (despesas) não operacionais		-	-	442
Resultado não operacional		-	-	442
Resultado antes da tributação sobre o lucro		383.892	978.248	581.967
Imposto de renda e contribuição social	30	(109.338)	(351.930)	(233.716)
Provisão para imposto de renda corrente		(62.112)	(214.820)	(142.232)
Provisão para contribuição social corrente		(70.492)	(194.113)	(110.992)
Ativo fiscal diferido para imposto de renda		23.377	31.668	9.358
Ativo fiscal diferido para contribuição social		(111)	25.335	10.150
Lucro líquido		274.554	626.318	348.251
Quantidade de ações (mil)		1.114.671	1.114.671	1.114.671
Lucro por ação (em R\$)		0,25	0,56	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)

	2º semestre de 2021	Exercício	
		31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	274.554	626.318	348.251
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado do semestre / exercício:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	901	965	(2.465)
Variação de valor justo – TVM	1.638	1.753	(4.482)
Impostos diferidos – TVM	(737)	(788)	2.017
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado do exercício:			
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego	187	187	275
Total do resultado abrangente	275.642	627.470	346.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CSF S.A. ("Banco"), controlado pelo Atacadão S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dr. Chucuri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andares - Vila Cordeiro - São Paulo - SP, constituído em 31 de agosto de 2006 e está autorizado a operar nas Carteiras de Investimento, Crédito, Financiamento e Investimentos regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O BACEN concedeu a autorização para funcionamento do Banco, através do despacho da Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro em 31 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial da União em 4 de setembro de 2006. As atividades do Banco deram início em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour.

Atualmente, o Banco é um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour e Atacadão, com as bandeiras Visa e Mastercard.

Em 8 de fevereiro de 2019, a JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo deferiu o Termo de Autenticação - Registro de Constituição da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada). É uma empresa subsidiária, o Banco é detentor de 100% (cem por cento) do capital social.

Em 25 de maio de 2020, foi dado início às atividades da conta reserva do Banco (SPB / conta STR), conforme a Circular BACEN nº 4.011/20, através do correio nº 120039130.

Em 20 de setembro de 2021, foi aprovado pelo INSS a oferta do produto Consignado, conforme processo nº 35014.017761/2021-69.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sobre o pressuposto da continuidade, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, e estão em conformidade com a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, e com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicável.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Administração em 10 de fevereiro de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente, com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data das demonstrações financeiras.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa foram apurados de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08 e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 03, e são representados por depósitos em instituições financeiras, incluindo as disponibilidades, bem como aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor justo, bem como possuem prazo total de aplicação de até 90 dias a partir da data da aplicação. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.4. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são aqueles adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo, acrescido pelos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados em conta específica do patrimônio líquido na rubrica "Ajuste ao valor de mercado – TVM", líquidos dos efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas de "títulos disponíveis para venda", quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação nas Demonstrações dos Resultados em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras. O ágio ou deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos remanescentes dos títulos.

Na data das demonstrações financeiras não existiam títulos e valores mobiliários classificados nas categorias: "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento".

3.5. Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento e provisão para operações de crédito e para valores a receber relativos a transações de pagamento

As operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira.

Adicionalmente, além dos parâmetros estabelecidos na referida resolução, o procedimento de provisionamento do Banco considera a perda histórica da carteira de crédito para avaliação da suficiência dos montantes registrados no balanço.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação e se houver amortização significativa da operação, poderá ocorrer a reclassificação para uma categoria de menor nível. Aquelas que haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação permanecem classificadas como nível H, sendo os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.2.

3.6. Despesas antecipadas

São representadas, substancialmente, por valores pagos relativos à contratação de licença de uso de *software*, antecipação de despesas de prestação de serviços de processamento de dados e seguros contratados. Tais valores são apropriados ao resultado pelo prazo previsto contratualmente.

Fazem parte também do grupo de despesas antecipadas os custos com origem na aquisição de clientes do Banco. Tais custos são amortizados levando-se em consideração o prazo médio de durabilidade do ciclo de vida dos produtos e dos cartões, assim como o percentual observado de ativação dos plásticos.

3.7. Investimento

São registrados pelo Banco em entidades é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Banco no lucro ou prejuízo líquido do período da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir.

3.8. Ativo imobilizado

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens, detalhadas na nota 11, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada.

3.9. Ativo intangível

São registrados pelo custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, detalhadas na nota 12, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada e correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade.

3.10. Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (Impairment)

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

3.11. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

3.12. Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras.

3.13. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e relações interfinanceiras
São demonstrados por valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os valores e prazos estão demonstrados nas notas 13, 14, 15, 16 e 17.

3.14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta-Circular BACEN nº 3.429/10, da seguinte forma:

- Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões para contingências são realizadas de acordo com o CPC 25.

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadãori.estadao.com.br/publicacoes/>

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

Carrefour
banco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências cíveis e trabalhistas:

- a) As ações cíveis com depósitos judiciais, para garantia da ação, e as com risco acima de R\$ 25 mil, são provisionadas na totalidade dos depósitos e do risco, registrados contabilmente, para cada ação. A Administração do Banco entende que estes valores representam a melhor estimativa de perda.
- b) Para as demais ações cíveis, é realizado expurgos das ações com risco baixo ou inexistente de desembolso, para as demais, o Banco adota a metodologia de média móvel, calculada, levando em consideração as perdas efetivas dos últimos 12 meses e a quantidade de processos encerrados a favor do autor para o mesmo período, sobre esse valor é aplicado um percentual que pode variar de 30% a 100%, de acordo com a fase em que o processo se encontra, assim, a perda esperada é mensurada para estes processos de forma agregada.
- c) A constituição da provisão para processos trabalhistas leva em consideração o valor nominal envolvido de cada ação e a fase processual. Sobre esse valor é calculado um percentual de provisão que pode variar de 5% a 100%, de acordo com a fase em que o processo se encontra. Assim, os processos trabalhistas são agregados de acordo com a fase processual para mensuração da perda esperada.

Para os processos trabalhistas movidos por funcionários de empresas terceirizadas, a provisão é constituída somente quando envolver empresa terceira inativa e somente na fase recursal e de execução, observando os percentuais de 35% a 100%.

- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - Referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

3.15. Benefícios pós-emprego

O Banco participa de plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço. A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente são reconhecidos na demonstração do resultado.

O Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.424/15, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.16. Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mil no mês, e contribuição social 15%, de janeiro de 2019 até fevereiro de 2020, 20%, de março de 2020 até junho de 2021 e 25% de julho de 2021 até dezembro de 2021, e 1º de janeiro de 2022, a alíquota volta a ser 20%. Adicionalmente, foram constituídos créditos tributários às mesmas alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para a compensação desses créditos.

Aprovada pelo Congresso Nacional em outubro de 2019, a PEC 06/2019 dispõe sobre a Previdência Social e outros assuntos, tratando inclusive da majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos Bancos (inciso I, do parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001), que passou a ser de 20%, a partir de sua entrada em vigor.

Em virtude da publicação da Lei nº 14.183/21, a alíquota da CSLL foi majorada de 20% para 25% a partir de 1º de julho de 2021 até dezembro de 2021 (Lei nº 14.183/21 - Inciso II - 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso I do § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001).

3.17. Reservas de pagamentos baseados em instrumentos de capital

O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e dos termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com a Resolução CMN nº 3.989/11 que aprovou o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga.

3.18. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: determinação de prazo para realização dos créditos tributários, constituição de provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos e provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas. Isso inclui as expectativas de deterioração que podem ser causadas pela COVID-19.

3.19. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa apurada, a Administração do Banco concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.20. Resultados não recorrentes

Considerando os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20 e em conexão com os conceitos do manual de contabilidade do Grupo Carrefour, um item de resultado não recorrente será destacado quando seguir os seguintes critérios:

- não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição;
- não estar previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros;
- estar classificado como eventos de *impairment*, resultado por baixa e/ou venda de ativos ou *write off*; e
- para os demais eventos, estar acima do critério de materialidade definido como R\$ 5 milhões para receitas e despesas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	10.278	7.742
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	487.380
Total	10.278	495.122

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em operações compromissadas	-	487.380
Total	-	487.380

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O Banco não adota como estratégia de atuação, a aquisição de títulos e valores mobiliários com o propósito de ser negociados de forma ativa e frequente e também não tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria "títulos disponíveis para venda" e não houve reclassificação de categoria entre os períodos apresentados.

A carteira de títulos e valores mobiliários é composta como segue:

Descrição	31/12/2021				
	Valores por prazo de vencimento				Total
	Valor de custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Até 360 dias	Acima de 360 dias	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i):					
Carteira livre	451.861	(2.462)	-	449.399	449.399
Vinculados a operações compromissadas	47.240	(268)	46.972	-	46.972
Vinculados a garantias	370	(1)	-	369	369
Total	499.471	(2.731)	46.972	449.768	496.740

(i) As operações são classificadas como Nível 1.

Descrição	31/12/2020				
	Valores por prazo de vencimento				Total
	Valor de custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Até 360 dias	Acima de 360 dias	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i):					
Carteira livre	362.176	(4.481)	-	357.695	357.695
Vinculados a garantias	354	(1)	-	353	353
Total	362.530	(4.482)	-	358.048	358.048

(i) As operações são classificadas como Nível 1.

O valor de mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" foi apurado com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA e a perda não realizada para estes títulos no exercício foi de R\$ 2.731 (31/12/2020: R\$ 4.482), impactando negativamente o patrimônio líquido do Banco em R\$ 1.502 (31/12/2020: R\$ 2.465), líquido dos efeitos tributários.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

As informações da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão assim sumarizadas:

7.1. Por tipo de operação - pessoas físicas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos	4.333.984	3.118.121
Valores a receber relativos a transações de pagamento (i)	8.860.331	7.944.518
Total da carteira	13.194.315	11.062.639
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.499.782)	(1.260.447)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Valores a receber relativos a transações de pagamento	(79.489)	(72.777)
Total da carteira líquida de provisão	11.615.044	9.729.415

(i) Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros), nota explicativa nº 8.

7.2. Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações, segregadas por parcelas

Prazo	31/12/2021								
	Operações em Curso Anormal								
Vencidas	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
01 a 30	-	51.087	27.378	2.757	1.651	1.297	834	14.275	99.279
31 a 60	-	21.321	14.234	1.190	553	425	267	4.815	42.805
61 a 90	-	14.323	10.555	884	365	263	175	3.034	29.599
91 a 180	-	30.258	23.638	1.903	728	539	351	5.782	63.199
181 a 365	-	28.133	21.604	1.696	641	506	316	4.767	57.663
Acima de 365	-	11.472	10.195	877	318	295	216	2.847	26.220
Vencidas									
01 a 14	-	774	552	190	114	70	63	569	2.332
15 a 30	-	111.246	708	299	208	96	76	2.978	115.611
31 a 60	-	-	170.958	1.290	504	284	143	12.505	185.684
61 a 90	-	-	-	205.889	1.735	701	323	14.905	223.553
91 a 180	-	-	-	-	183.787	171.852	141.124	41.330	538.093
181 a 365	-	-	-	-	-	-	-	846.114	846.114
Subtotal	-	268.614	279.822	216.975	190.604	176.328	143.888	953.921	2.230.152
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	-	(2.686)	(8.395)	(21.698)	(57.181)	(88.163)	(100.722)	(953.921)	(1.232.766)

Prazo	31/12/2021								
	Operações em Curso Normal (*)								
Vencidas	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
01 a 30	4.446.389	9	1	10.879	15.109	4.269	2.817	18.318	4.497.791
31 a 60	1.539.067	4	1	8.587	12.478	3.415	2.352	14.525	1.580.429
61 a 90	938.084	3	5	7.233	10.718	3.145	2.055	12.969	974.212
91 a 180	1.708.736	9	3	18.183	28.230	8.119	5.320	32.574	1.801.174
181 a 365	1.267.483	9	4	24.093	37.156	12.334	7.898	43.557	1.392.534
Acima de 365	396.335	-	1	25.264	29.844	18.923	12.445	74.289	557.101
Vencidas até 14 dias	160.377	-	-	83	105	14	22	321	160.922
Subtotal	10.456.471	34	15	94.322	133.640	50.219	32.909	196.553	10.964.163
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	(52.282)	-	-	(9.432)	(40.092)	(25.110)	(23.036)	(196.553)	(346.505)
Total da carteira	10.456.471	268.648	279.837	311.297	324.244	226.547	176.797	1.150.474	13.194.315
Total da provisão	(52.282)	(2.686)	(8.395)	(31.130)	(97.273)	(113.273)	(123.758)	(1.150.474)	(1.579.271)

Prazo	31/12/2020								
	Operações em Curso Anormal								
Vencidas	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
01 a 30	-	26.938	10.865	1.491	780	652	582	13.444	54.752
31 a 60	-	10.738	5.756	689	239	208	189	4.440	22.259
61 a 90	-	7.219	4.383	537	164	137	125	2.807	15.372
91 a 180	-	15.528	10.235	1.178	325	270	249	5.396	33.181
181 a 365	-	14.376	9.485	1.027	287	236	212	4.183	29.806
Acima de 365	-	6.069	4.418	593	152	123	148	2.060	13.563
Vencidas									
01 a 14	-	356	223	75	34	32	32	345	1.097
15 a 30	-	52.041	221	118	61	41	52	1.771	54.305
31 a 60	-	-	63.411	379	157	72	67	10.147	74.233
61 a 90	-	-	-	69.243	467	121	64	10.974	80.869
91 a 180	-	-	-	-	73.504	69.694	70.234	25.636	239.068
181 a 365	-	-	-	-	-	-	-	779.262	779.262
Subtotal	-	133.265	108.997	75.330	76.170	71.586	71.954	860.465	1.397.767
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	-	(1.333)	(3.270)	(7.533)	(22.851)	(35.793)	(50.366)	(860.465)	(981.611)

Prazo	31/12/2020								
	Operações em Curso Normal (*)								
Vencidas	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
01 a 30	3.897.433	8	4	8.841	16.505	4.856	3.313	27.153	3.958.113
31 a 60	1.323.051	4	2	7.193	13.891	3.801	2.629	18.970	1.369.541
61 a 90	819.948	3	1	6.053	12.261	3.438	2.191	15.418	859.313
91 a 180	1.520.321	9	3	15.335	30.858	9.586	5.584	34.697	1.616.393
181 a 365	1.114.270	12	7	21.765	36.648	14.739	8.446	39.663	1.235.550
Acima de 365	357.561	2	10	25.738	37.850	28.319	15.717	57.973	523.170
Vencidas até 14 dias	102.417	-	-	56	48	15	10	246	102.792
Subtotal	9.135.001	38	27	84.981	148.061	64.754	37.890	194.120	9.664.872
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	(46.675)	-	(1)	(8.498)	(44.419)	(32.37			

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

Carrefour
banco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

9. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos fiscais de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 270.221 (31/12/2020: R\$ 214.006), referem-se às diferenças temporárias, basicamente, representadas pela provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, provisão para pagamento de bônus e participação nos lucros. Todos os créditos tributários estão reconhecidos na contabilidade, ou seja, o Banco não possui créditos não ativados.

9.1. Movimentação dos ativos fiscais

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2021
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (i).....	62.336	31.909	94.245	49.869	25.528	75.397
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros ..	8.795	(8)	8.787	7.035	(7)	7.028
Provisão para contingências tributárias	36.241	4.498	40.739	28.993	3.599	32.592
Provisão para perdas operacionais	5.216	(4.677)	539	4.173	(3.742)	431
Provisão para contingências cíveis	3.654	(139)	3.515	2.923	(111)	2.812
Provisão para contingências trabalhistas	1.530	85	1.615	1.224	68	1.292
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários	1.121	(438)	683	896	(350)	546
Total	118.893	31.230	150.123	95.113	24.985	120.098

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Saldo em 31/12/2019	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2020
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (i).....	57.909	4.427	62.336	44.016	5.853	49.869
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros ..	6.928	1.867	8.795	5.395	1.640	7.035
Provisão para contingências tributárias	33.718	2.523	36.241	26.974	2.019	28.993
Provisão para perdas operacionais	1.650	3.566	5.216	1.265	2.908	4.173
Provisão para contingências cíveis	6.779	(3.125)	3.654	5.294	(2.371)	2.923
Provisão para contingências trabalhistas	1.430	100	1.530	1.123	101	1.224
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários	2	1.119	1.121	2	894	896
Total	108.416	10.477	118.893	84.069	11.044	95.113

(i) O saldo dos créditos tributários está demonstrado pelo valor líquido, considerando a reativação de operações de crédito renegociadas após a baixa para prejuízo.

9.2. Previsão de realização dos ativos fiscais

Com base em estudo técnico, os créditos tributários apresentados em 31 de dezembro de 2021 têm sua previsão de realização demonstrada no quadro a seguir:

Imposto de renda e contribuição social	Período de realização					
	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Valor nominal	265.139	4.488	493	-	101	270.221
Valor presente	235.864	3.704	390	-	76	240.034

O valor presente é calculado com base na expectativa das taxas médias de juros SELIC praticadas no mercado, relativamente aos prazos esperados de realização de tais créditos.

9.3. Passivos fiscais

Os passivos fiscais estão compostos como segue:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para imposto de renda	68.417	-	68.417	21.811	-	21.811
Provisão para contribuição social	71.534	-	71.534	24.423	-	24.423
Total	139.951	-	139.951	46.234	-	46.234

10. INVESTIMENTO

No País	31/12/2021				31/12/2020				
	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Valor do Investimento	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Valor do Investimento	Resultado de participações em controladas
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (i).....	100%	43.679	64.249	43.679	100%	43.679	64.249	43.679	64.249
(i) No exercício de 2021, a Corretora de Seguros EIRELI distribuiu dividendos no valor de R\$ 18.680 para o Banco.									
Total	100%	43.679	64.249	43.679	100%	43.679	64.249	43.679	64.249

(i) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de investimento da Controladora estava registrado na rubrica "Outras Obrigações - Diversas".

11. IMOBILIZADO

11.1. Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação	31/12/2021			31/12/2020		
		Custo	Depreciação	Valor contábil	Custo	Depreciação	Valor contábil
Instalações	10%	11.794	(4.597)	7.197	11.753	(3.458)	8.295
Móveis e equipamentos de uso	De 10% a 20%	5.692	(2.451)	3.241	5.464	(1.881)	3.583
Sistema de comunicação	De 10% a 20%	1.770	(1.537)	233	1.689	(1.401)	288
Sistema de processamento de dados	De 12,5% a 33,3%	121.073	(61.342)	59.731	80.651	(47.076)	33.575
Sistema de segurança	20%	531	(404)	127	531	(325)	206
Total		140.860	(70.331)	70.529	100.088	(54.141)	45.947

11.2. Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	Custo			Depreciação			Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Baixa	Despesa	Baixa	Saldo em 31/12/2020	
Instalações	8.295	41	-	(1.140)	-	7.196	
Móveis e equipamentos de uso	3.583	233	(6)	(572)	4	3.242	
Sistema de comunicação	288	82	-	(136)	-	234	
Sistema de processamento de dados	33.575	40.430	(8)	(14.269)	2	59.730	
Sistema de segurança	206	-	-	(79)	-	127	
Total	45.947	40.786	(14)	(16.196)	6	70.529	

Descrição	Custo			Depreciação			Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2019	Aquisição	Baixa	Despesa	Baixa	Saldo em 31/12/2020	
Instalações	8.165	1.309	-	(1.179)	-	8.295	
Móveis e equipamentos de uso	4.130	138	(98)	(642)	55	3.583	
Sistema de comunicação	372	54	(1)	(138)	1	288	
Sistema de processamento de dados	29.836	13.965	(284)	(10.183)	241	33.575	
Sistema de segurança	266	21	-	(81)	-	206	
Total	42.769	15.487	(383)	(12.223)	297	45.947	

12. INTANGÍVEL

12.1. Composição do ativo intangível

Descrição	Taxas anuais de amortização	31/12/2021			31/12/2020		
		Custo	Amortização	Valor contábil	Custo	Amortização	Valor contábil
Softwares e sistemas desenvolvidos	12,5%	292.366	(141.176)	151.190	251.954	(115.582)	136.372
Softwares e sistemas em desenvolvimento	0%	44.048	-	44.048	20.669	-	20.669
Direito de exclusividade	6,5%	825.000	(267.566)	557.434	825.000	(214.052)	610.948
Total		1.161.414	(408.742)	752.672	1.097.623	(329.634)	767.989

12.2. Movimentação do ativo intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2020		Custo		Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Transferência para utilização	Despesa de amortização	
Softwares e sistemas desenvolvidos	136.372	9.535	30.877	(25.595)	151.189
Softwares e sistemas em desenvolvimento	20.669	54.256	(30.877)	-	44.048
Direito de exclusividade	610.948	-	-	(53.513)	557.435
Total	767.989	63.791	-	(79.108)	752.672

Descrição	Saldo em 31/12/2019		Custo		Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Aquisição	Transferência para utilização	Despesa de amortização	
Softwares e sistemas desenvolvidos	121.841	15.887	20.496	(21.852)	136.372
Softwares e sistemas em desenvolvimento	13.391	27.774	(20.496)	-	20.669
Direito de exclusividade	664.461	-	-	(53.513)	610.948
Total	799.693	43.661	-	(75.365)	767.989

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição, desenvolvimento de software e direito de exclusividade, destinados à manutenção da atividade do Banco e implementação de novos produtos.

O direito de exclusividade refere-se ao valor pago ao Atacadão S.A. pela exclusividade na oferta e distribuição de serviços financeiros pelo Banco.

A amortização é realizada pelo método linear pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e desenvolvimento de software e pelo período de dezesseis anos para o ativo de direito de exclusividade, durante o qual espera-se que os benefícios futuros sejam substancialmente alcançados.

De acordo com a avaliação elaborada pela Administração sobre os ativos intangíveis, concluiu-se que, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

13. DEPÓSITOS

13.1. Depósitos à vista

Valores de saldo credor em faturas de cartões de crédito referentes a pagamentos efetuados a maior pelos clientes no montante de R\$ 12.052 (31/12/2020: R\$ 8.818).

13.2. Depósitos a prazo

Captações na modalidade CDB – Certificado de Depósito Bancário, por intermédio de corretora, à taxa média de juros pós-fixada de 101,00% do DI, nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Prazo de vencimento	31/12/2021	31/12/2020
	Até 3 meses	1.605
De 3 a 12 meses	174	3.361
De 1 a 3 anos	95.752	2.697
Total	97.531	6.058

14. DEPÓSITOS INTERBANCÁRIOS

As captações na modalidade CDI – Certificado de Depósito Interbancário foram realizadas em condições de mercado, à taxa DI + 0,85% a.a. (31/12/2020: 116,75% do DI). As captações na modalidade DPGE – Depósito a Prazo com Garantia Especial foram contratadas à taxa DI + 1,00% a.a. (31/12/2020: DI + 1,00% a.a.).

Prazo de vencimento	31/12/2021	31/12/2020
	Até 3 meses	423.678
De 3 a 12 meses	273.740	-
De 1 a 3 anos	-	50.461
Total	697.418	315.266

15. CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro de 2021, as captações no mercado aberto foram realizadas à taxa de 9,15% a.a. (SELIC) e estão compostas como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria:		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (até 90 dias)	46.800	-
Total	46.800	-

16. CAPTAÇÃO EM LETRAS FINANCEIRAS

As letras financeiras foram emitidas conforme segue:

Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor
22/10/2019	Letras Financeiras	30/10/2023	DI+0,55% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 112.500
05/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	05/05/2023	DI+1,10% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 50.000
13/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	15/05/2023	DI+1,10% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 50.000
18/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	02/06/2023	DI+1,20% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 50.000
19/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	19/05/2023	DI+1,15% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 100.000
20/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	19/07/2023	DI+1,20% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 50.000
23/06/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	24/06/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 100.000
29/07/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	29/07/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 50.000
23/09/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	23/09/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 52.000
23/09/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	23/09/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 8.000
28/09/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	30/04/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 50.000
29/09/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	10/10/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 40.000
22/11/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	23/11/2023	DI+1,00% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 116.000
24/11/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	24/11/2024	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 150.000
25/11/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	27/11/2023	DI+1,00% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 25.000
25/11/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	25/11/2024	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 25.000
01/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	01/12/2023	DI+1,00% a.a.	Principal e juros na data do	

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucuri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

Carrefour

banco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

18.1. Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros.....	2.821	-	2.821	3.055	-	3.055
Impostos e contribuições sobre salários.....	11.885	2.469	14.354	11.807	1.629	13.436
PIS.....	2.671	-	2.671	2.039	-	2.039
COFINS.....	16.438	-	16.438	12.550	-	12.550
ISS.....	2.376	-	2.376	4.358	-	4.358
IRRF.....	1.620	-	1.620	704	-	704
Total	37.811	2.469	40.280	34.513	1.629	36.142

18.2. Diversas

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para despesas de pessoal.....	45.320	3.072	48.392	47.398	2.705	50.103
Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	31.012	-	31.012	31.428	-	31.428
Obrigações por transações de pagamento (ii).....	242.906	170.558	413.464	462.850	204.498	667.348
Credores diversos - País (iii).....	1.016.486	37.679	1.054.165	1.089.085	27.013	1.116.098
Total	1.335.724	211.309	1.547.033	1.630.761	234.216	1.864.977

- (i) Referem-se, substancialmente, a pagamentos por serviços prestados no montante de R\$ 20.127 (31/12/2020: R\$ 20.893), incentivo de venda no montante de R\$ 6.364 (31/12/2020: R\$ 6.981).
- (ii) Referem-se a repasses de valores referentes a compras de clientes realizadas nas lojas Carrefour, Atacadão e Magazine Luiza.
- (iii) Referem-se, substancialmente, a valores a repassar a bancos sobre créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda., no montante de R\$ 881.010 (31/12/2020: R\$ 967.598) e contas a pagar a fornecedores no montante de R\$ 115.263 (31/12/2020: R\$ 87.506).

19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

19.1. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Banco não identificou ativos contingentes.

19.2. Passivos contingentes

O Banco é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3.14. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

19.2.1. Classificação dos passivos contingentes

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CSLL - Adicional 6%.....	582.053	-	582.053	510.063	-	510.063
Provisões para riscos fiscais	582.053	-	582.053	510.063	-	510.063
Provisões para contingências cíveis.....	9.220	4.841	14.061	8.725	5.892	14.617
Provisões para contingências trabalhistas.....	3.859	2.599	6.458	3.659	2.462	6.121
Outras provisões (i).....	258	-	258	249	-	249
Total	595.390	7.440	602.830	522.696	8.354	531.050

- (i) Refere-se à multa sobre FGTS.

19.2.2. Movimentação dos passivos contingentes

Descrição	31/12/2021				
	Fiscais	Cíveis (i)	Trabalhistas (i)	Outras provisões	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	510.063	14.617	6.121	249	531.050
Constituição.....	54.003	20.188	4.416	9	78.616
Atualização monetária.....	17.987	188	395	-	18.570
Reversão.....	-	(10.400)	(2.949)	-	(13.349)
Realização.....	-	(10.532)	(1.525)	-	(12.057)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	582.053	14.061	6.458	258	602.830

Descrição	31/12/2020				
	Fiscais	Cíveis (i)	Trabalhistas (i)	Outras provisões	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	466.064	27.119	5.719	-	498.902
Constituição.....	34.316	25.049	4.395	249	64.009
Atualização monetária.....	9.683	221	416	-	10.320
Reversão.....	-	(21.381)	(2.627)	-	(24.008)
Realização.....	-	(16.391)	(1.782)	-	(18.173)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	510.063	14.617	6.121	249	531.050

- (i) Nas ações cíveis que envolvem disputas, principalmente, relativas a danos morais e materiais e nas ações trabalhistas que envolvem disputas relativas a processos de funcionários do Banco, o montante provisionado representa a avaliação da Administração do Banco sobre as perdas prováveis esperadas nessas ações.

19.2.3. Cronograma esperado de desembolsos

Descrição	Fiscais (i)	Cíveis	Trabalhistas	Outras provisões
Até 1 ano.....	582.053	9.220	3.859	258
De 1 a 3 anos.....	-	4.841	2.599	-
Total	582.053	14.061	6.458	258

- (i) O Banco questiona judicialmente a legalidade da Lei nº 11.727/08, que majorou a alíquota da CSLL de 9% para 15%, realizando mensalmente o depósito judicial, equivalente à majoração (6%). Em 15/06/2020, foi publicada decisão do STF nas ações Declaratórias de Inconstitucionalidade, ADI's 4.101 e 5.485, julgando constitucional a majoração das alíquotas de CSLL para as instituições financeiras. A aplicação dessa decisão não é automática aos demais casos, devendo ser proferida uma decisão específica na ação do Banco.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

19.2.4. Causas possíveis

O valor das causas fiscais, com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 37.804 (31/12/2020: R\$ 3.532), que se refere, substancialmente, a multas e pedidos de compensação de CSLL.

O valor de risco das causas cíveis com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 1.944 (31/12/2020: R\$ 4.771).

O Banco não tem valores de causas com probabilidade de perda possíveis para ações trabalhistas.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

De acordo com a Lei nº 6.404/76, foi aprovado pelos acionistas na AGO/E de 22 de maio de 2020, o aumento de capital, no montante de R\$ 600.000, mediante a utilização de saldo das reservas estatutárias. Tal aumento foi aprovado pelo BACEN em 20 de julho de 2020.

O valor do capital social no exercício é de R\$ 1.742.000 e está dividido em 1.114.671.113 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

20.1. Reserva de capital

Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital

Descrição dos planos de opções de compra de ações

Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagos com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A.

O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, foi obter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO), e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento:

- (i) modificar ou encerrar o plano; e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano.

Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define: (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas; (ii) o preço de exercício das opções outorgadas; (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (*vesting*); e (iv) as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting*. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*).

Os detalhes deste plano de opções de compra de ações são apresentados abaixo:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	700.364
Prazo de vida contratual esperada das opções.....	6 anos
Número de executivos elegíveis.....	3
Período de exercício das opções ⁽²⁾	A partir do IPO até 21 de março de 2023
Preço de exercício (em R\$ por opção).....	11,70

⁽¹⁾ Número de opções autorizadas, aprovadas em Assembleia Geral de acionistas em 27 de junho de 2017.

⁽²⁾ As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:

- 1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;
- 1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e
- 1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:

- (i) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;
- (ii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e
- (iii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O *vesting* do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu *vesting period* completo e 24 meses depois, o terceiro.

Plano de Performance *Stock Options* 2019 ("Plano Regular 19")

O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

- **Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo;
 - **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
 - **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
 - **Prazo máximo para exercício das opções:** até o final do 6º ano da data de tal plano;
 - **Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e
 - **Preço de exercício:** será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.
- O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada:
- Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
 - Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a primeira outorga de opções, conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções.....	6 anos
Número de executivos elegíveis.....	8
Período de exercício das opções ⁽²⁾	A partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025
Preço de exercício (em R\$ por opção).....	21,98

⁽¹⁾ Número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019.

⁽²⁾ As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Plano de Performance *Shares Local* 2020 e 2021 ("Plano Regular 20" e "Plano Regular 21")

O regulamento do plano de performance *shares* da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

- **Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo;
 - **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
 - **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
 - **Prazo máximo para exercício das opções:** As ações são transferidas para o executivo na data do *vesting*;
 - **Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções / ações concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como dos demais planos locais aprovados; e
 - **Preço de exercício:** Não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos.
- O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:
- Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
 - Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*total shareholder return*);
 - Item relacionado à responsabilidade social corporativa;
 - Item relacionado à transformação digital da empresa.

Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	154.702
Prazo de vida contratual esperada das opções.....	3 anos
Número de executivos elegíveis.....	5

Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023

Preço de exercício (em R\$ por opção)..... Não aplicável

⁽¹⁾ Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2020.

⁽²⁾ As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Em 25 de agosto de 2021, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	311.745
Prazo de vida contratual esperada das opções.....	3 anos
Número de executivos elegíveis.....	16

Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023

Preço de exercício (em R\$ por opção)..... Não aplicável

⁽¹⁾ Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 25 de novembro de 2021.

⁽²⁾ As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Mensuração de valor justo

O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo.

Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período baseado na taxa de realização esperada para as condições de desempenho que não são de mercado.

O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*).

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado (*):

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção).....	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação).....	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%).....	1,35	1,09
Volatilidade esperada (%).....	29,02	27,20
Taxa de retorno livre de risco (%).....	10,25	5,57
Prazo de vida esperada das opções (anos).....	2,72	3
Modelo utilizado.....	<i>Black-Scholes</i>	<i>Black-Scholes</i>

(* Aplicable somente a planos de modalidade opções de compras de ações.

Volatilidade e rendimento de dividendos

Plano Pré-IPO: O Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como Grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

Plano Regular: O Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano-base anterior à outorga.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar.

Conciliação de opções de compra de ações / ações restritas em circulação (planos regulares)

Os movimentos no plano de opções de ações / ações restritas entre os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e de 2021 foram os seguintes:

	Plano Regular 19	Plano Regular 20
Opções / ações pendentes em 31 de dezembro de 2020	128.178	90.420
Opções / ações concedidas até 31 de dezembro de 2021.....	-	28.818
Opções / ações canceladas até 31 de dezembro de 2021.....	(12.000)	-
Opções / ações pendentes em 31 de dezembro de 2021	116.178	119.238

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucru Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

Carrefour
banco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

(Plano Pré-IPO)

Não houve movimentação nas opções de ações para o Plano Pré-IPO, entre os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e de 2021.

Descrição dos planos de remuneração de ações

Em 27 de fevereiro de 2019, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 14ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 17 de maio de 2016 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
- Retorno total ao acionista; e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes do plano de ações em 31 de dezembro de 2021 são demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 19 27 de fevereiro de 2019	Plano Grupo 20 26 de fevereiro de 2020	Plano Grupo 21 17 de fevereiro de 2021
Data da outorga (1).....	27 de fevereiro de 2019	26 de fevereiro de 2020	17 de fevereiro de 2021
Data da reunião do Conselho de Administração.....	17 de maio de 2017	14 de junho de 2019	14 de junho de 2019
Data do <i>vesting</i> (2).....	26 de fevereiro de 2022	27 de fevereiro de 2023	14 de fevereiro de 2024
Total de ações outorgadas número na data de outorga.....	26.400	11.464	23.500
Número de ações outorgadas.....	28.500	15.018	23.500
Valor justo de cada ação (em EUR por opção) (3).....	14,32	13,05	11,85

(1) Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

(2) As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.

(3) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

	Plano Regular 21
Ações outorgadas em 31 de dezembro de 2020.....	-
Opções / ações transferidas até 31 de dezembro de 2021.....	23.500
Ações outorgadas em 31 de dezembro de 2021.....	23.500

Não houve movimentações nas ações outorgadas dos Planos Grupo 19 e Grupo 20, entre os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e 2021.

Descrição	31/12/2021
Plano Grupo 19.....	9.900
Plano Grupo 20.....	12.549
Plano Grupo 21 (*).....	23.500

(*) Para Plano Grupo 21, consideram-se ações pendentes na data de outorga.

Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 2.567 (31/12/2020: R\$ 945).

20.2. Reserva de lucros

Reserva legal

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, o Banco deve destinar 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital integralizado do Banco. Além disso, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva estatutária

Visa garantir meios financeiros para a operação do Banco, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Legal.....	218.712	187.396
Estatutárias.....	896.361	886.862
Reserva de lucros.....	1.115.073	1.074.258

20.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste ao valor de mercado – TVM.....	(1.502)	(2.467)
Benefícios pós-emprego.....	89	(98)
Total.....	(1.413)	(2.565)

20.4. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal.

Descrição	31/12/2021	
	Total	Reais por ação
Dividendos mínimos obrigatórios referentes a 31 de dezembro de 2020 (i).....	99.252	0,08904
Dividendos adicionais propostos (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) (i).....	189.303	0,16983
Dividendos adicionais propostos (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) (ii).....	98.668	0,08852
Juros sobre capital próprio (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) (ii).....	119.031	0,10679
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos.....	506.254	0,45417
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2021 (iii).....	178.501	0,16014
Total de dividendos a pagar.....	178.501	0,16014

(i) Na Assembleia Geral em 29 de abril de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrente do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e dividendos adicionais propostos decorrente de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em 21 de junho de 2021, o Banco liquidou dividendos no montante de R\$ 288.555.

(ii) Na Assembleia Geral Extraordinária em 9 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos e juros sobre capital próprio decorrente de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em 10 de dezembro de 2021, o Banco liquidou dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 217.699.

(iii) Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou o registro de R\$ 178.501 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% (trinta por cento) definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2021, registrados no passivo circulante.

Descrição	31/12/2020	
	Total	Reais por ação
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2019 (i).....	160.612	0,17779
Total de dividendos pagos.....	160.612	0,17779
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2020 (ii).....	99.252	0,08904
Total de dividendos a pagar.....	99.252	0,08904

(i) Na Assembleia Geral em 22 de maio de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrente do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em 23 de junho de 2020, o Banco liquidou dividendos no montante de R\$ 160.612.

(ii) Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou o registro de R\$ 99.252 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% (trinta por cento) definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2020, registrados no passivo circulante.

21. RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de empréstimos.....	2.219.248	1.836.144
Recuperação de créditos baixados como prejuízo - renegociação (i).....	474.783	516.176
Total.....	2.694.031	2.352.320

(i) Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas cessões da carteira em prejuízo, impactando o resultado em R\$ 112.560 (31/12/2020: R\$ 75.067), o montante de recuperação de crédito por renegociação de dívida é de R\$ 361.924 (31/12/2020: R\$ 440.747) e o montante de recuperação de créditos baixados como prejuízo é de R\$ 299 (31/12/2020: R\$ 362).

22. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários.....	17.951	8.796
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez.....	7.336	6.149
Total.....	25.287	14.945

23. OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de letras financeiras.....	(62.980)	(33.800)
Despesas de depósitos interfinanceiros.....	(12.247)	(15.050)
Despesas de depósitos a prazo.....	(1.505)	(159)
Despesas de operações compromissadas.....	(995)	(1.810)
Total.....	(77.727)	(50.819)

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de tarifa bancária (i).....	581.765	489.598
Rendas de intercâmbio (ii).....	501.902	374.614
Tarifa de pacote SMS.....	100.676	87.939
Comissão sobre intermediação na venda de seguros.....	92.119	173.322
Serviços prestados a ligadas (iii).....	74.498	63.985
Tarifa de avaliação emergencial de crédito.....	57.780	55.740
Outros serviços (iv).....	10.417	644
Total.....	1.419.157	1.245.842

(i) Referem-se, substancialmente, às receitas de tarifa de anuidade no montante de R\$ 581.398 (31/12/2020: R\$ 488.986).

(ii) Referem-se às rendas de comissões, sobre compras nacionais e internacionais, pagas pelos adquirentes ao Banco emissor do cartão utilizado.

(iii) Referem-se às rendas de comissões sobre as compras, com ou sem juros, realizadas por clientes com Cartão Carrefour e Cartão Atacadão, emitidos pelo Banco.

(iv) Referem-se, substancialmente, às rendas com taxa de adesão para uso do serviço de subadquirência.

25. DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Proventos.....	(107.403)	(134.618)
Encargos sociais.....	(41.101)	(41.523)
Benefícios.....	(24.844)	(21.557)
Treinamento.....	(1.735)	(855)
Total.....	(175.083)	(198.553)

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com serviços de terceiros (i).....	(356.665)	(348.199)
Despesas de processamento de dados (ii).....	(249.844)	(204.671)
Despesas de depreciação e amortização.....	(95.304)	(87.588)
Despesas de propaganda e publicidade.....	(90.107)	(69.398)
Despesas de comunicações.....	(76.974)	(83.923)
Despesas com serviços técnicos especializados (iii).....	(60.881)	(61.188)
Despesas com serviços do sistema financeiro.....	(39.652)	(48.604)
Despesas de alugueis.....	(39.140)	(33.933)
Despesas com materiais.....	(18.455)	(13.473)
Despesas com honorários administrativos.....	(13.668)	(3.011)
Despesas com filantropias.....	(12.415)	(3.976)
Outras (iv).....	(12.665)	(12.291)
Total.....	(1.065.770)	(970.255)

(i) Referem-se, substancialmente, às despesas com correspondentes bancários no país no montante de R\$ 206.876 (31/12/2020: R\$ 191.294) e serviços de cobrança no montante de R\$ 138.609 (31/12/2020: R\$ 153.407).

(ii) Referem-se, substancialmente, às despesas com processamento das operações de cartão de crédito.

(iii) Referem-se, substancialmente, às despesas com auditoria, consultorias, assessorias e honorários advocatícios.

(iv) Referem-se, substancialmente, às despesas com manutenção e conservação de bens.

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
COFINS.....	(155.728)	(133.590)
ISS.....	(31.249)	(30.114)
PIS.....	(25.306)	(21.708)
Atualização de contingências de CSLL (nota 19.2.2).....	(17.987)	(9.683)
Outras.....	(3.036)	(1.577)
Total.....	(233.306)	(196.672)

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Incentivo de vendas recebido das bandeiras.....	59.287	65.648
Reversão de provisão de riscos operacionais.....	27.221	1.855
Incentivos por renovação contratual.....	20.104	-
Recuperação de custos de comissões de seguros.....	17.885	-
Atualização monetária de depósitos judiciais.....	16.157	9.647
Participação nos lucros com venda de seguros (i).....	22.481	13.554
Varição cambial ativa.....	4.609	5.250
Outras rendas operacionais (ii).....	4.029	5.785
Atualização monetária de impostos a compensar.....	128	78
Total.....	171.901	101.817

(i) Referem-se, substancialmente, aos incentivos por cumprimento de metas de seguros.

(ii) Referem-se, substancialmente, à reversão de provisão de ISS pela Lei Complementar nº 157/18 no montante de R\$ 2.242 (31/12/2020: R\$ 0), receita com descontos obtidos no montante de R\$ 401 (31/12/2020: R\$ 1.215) e reversão de provisão de multa - Procon no montante de R\$ 76 (31/12/2020: R\$ 2.080).

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Intercâmbio nacional e internacional (i).....	(174.983)	(136.405)
Bonificações.....	(59.228)	(54.338)
Despesas com fraudes.....	(21.160)	(12.175)
Perdas operacionais.....	(15.000)	(9.452)
Provisão para crédito em confiança.....	(8.510)	(15.683)
Incentivos de vendas.....	(6.364)	(6.981)
Outras (ii).....	(6.556)	(6.206)
Total.....	(291.801)	(241.240)

(i) Referem-se às despesas incorridas pela utilização da marca das bandeiras Visa e Mastercard.

(ii) Referem-se, substancialmente, à variação cambial passiva no montante de R\$ 3.172 (31/12/2020: R\$ 3.207) e tarifas cobradas pelos adquirentes, sobre as operações de recebimento de fatura no montante de R\$ 1.151 (31/12/2020: R\$ 786).

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	978.248	978.248	581.967	581.967	581.967	(261.885)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes.....	(244.562)	(244.563)	(489.125)	(145.492)	(116.393)	(261.885)
Efeito tributário da alíquota da CSLL – Emenda constitucional nº 103/2019.....	-	24.572	24.572	-	9.794	9.794
Ajuste de IRPJ e CSLL.....	-	-	-	9	466	475
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:						
Outras (despesas) indedutíveis / receitas não tributáveis.....	12.570	12.776	25.346	(3.003)	(2.269)	(5.272)
Atualização monetária de depósitos judiciais.....	3.752	3.752	7.504	2.270	1.816	4.086
PLR dos estatutários.....	(1.364)	-	(1.364)	(33)	(26)	(59)
Lei de inovação tecnológica nº 11.196/05.....	8.667	8.667	17.334	9.484	7.587	17.071
Perdas operacionais.....	(3.740)	(3.740)	(7.480)	(2.270)	(1.817)	(4.087)
Juros sobre capital próprio.....	29.758	29.758	59.516	-	-	-
Deduções de incentivos / subvenções fiscais.....	11.743	-	11.743	6.137	-	6.137
Efeito tributário do adicional de IRPJ.....	24	-	24	24	-	24
Despesa com imposto de renda e contribuição social.....	(183.152)	(168.778)	(351.930)	(132.874)	(100.842)	(233.716)
IRPJ e CSLL correntes.....	(214.820)	(194.113)	(408.933)	(142.232)	(110.992)	(253.224)
IRPJ e CSLL diferidos.....	31.668	25.335	57.003	9.358	10.150	19.508
Total do imposto de renda e contribuição social.....	(183.152)	(168.778)	(351.930)	(132		

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucuri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

Carrefour
banco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

31. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

31.1. Empresas ligadas

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09.

Em 31 de dezembro de 2021, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas:

- BSF Holding S.A., controladora direta do Banco;
- Carrefour Comércio e Indústria Ltda., controlador indireto do Banco;
- Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Atacadão S.A., empresas ligadas;
- Itaú-Unibanco S.A., Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda. e Ewally Tecnologia e Serviços S.A., outras partes relacionadas; e
- CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI, controlada do Banco.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as operações com tais partes relacionadas caracterizam-se, basicamente, por:

Partes relacionadas / Operações	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.				
Nota de crédito	-	16	-	-
Desconto de campanhas	1.001	841	-	-
Valores a receber (i)	40.987	43.479	-	-
Valores a receber - descontos concedidos a funcionários	265	290	-	-
Valores a receber - E-commerce	9	13	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	4.208	3.755	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(11.523)	(13.660)	(109.643)	(109.352)
Repasses de valores e comissões (iii)	(239.176)	(536.801)	48.064	41.525
Aluguéis a pagar	(776)	(710)	(12.605)	(11.513)
Despesas administrativas (iv)	-	-	(123)	274
Outras despesas operacionais	-	-	(29.608)	(8.750)
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.				
Valores a receber (i)	1.140	1.234	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(368)	(371)	(4.466)	(3.943)
Repasses de valores e comissões (iii)	(1.332)	(13.797)	958	1.022
Atacadão S.A.				
Desconto de campanhas	312	933	-	-
Valores a receber (i)	40.582	39.436	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	4.020	3.374	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(8.283)	(6.916)	(98.941)	(84.802)
Repasses de valores e comissões (iii)	(69.049)	(68.437)	25.178	21.427
Aluguéis a pagar	(719)	(522)	(10.742)	(8.368)
Direito de exclusividade	557.434	610.948	(53.513)	(53.511)
Itaú-Unibanco S.A.				
Depósitos interfinanceiros	(423.678)	-	(6.884)	(3.492)
Operações compromissadas	(46.800)	-	428	(200)
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.				
Certificado de depósito bancário	(2.220)	(2.147)	(95)	(66)
BSF Holding S.A.				
Dividendos a pagar	(178.501)	(99.252)	-	-
Certificado de depósito bancário	(35.538)	(1.585)	(24)	(38)
Ewally Tecnologia e Serviços S.A.				
Valores a receber - comissões	81	-	580	98
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI				
Valores a receber - comissões	2.032	-	17.885	-
Dividendos a receber	18.680	-	-	-
Certificado de depósito bancário	(59.303)	(2.298)	(1.373)	(54)

- (i) Referem-se a recebimentos de clientes nos pontos de vendas das lojas Carrefour e Atacadão.
(ii) Referem-se a serviços de cadastro e manutenção de clientes e prestação de serviços de correspondente bancário no país, com contrapartida em despesa.
(iii) Referem-se a repasses de compras efetuadas por clientes nas lojas Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Atacadão S.A., líquidos de comissão, com contrapartida em receita.
(iv) Refere-se à reversão de despesa administrativa.

31.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	13.668	10.611
Pagamento baseado em instrumentos de capital	5.235	3.353
Contribuição aos planos de aposentadoria	257	191
Total	19.160	14.155

32. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social com um plano de contribuição variável, o Banco atua como patrocinador contribuindo, mensalmente, com o fundo de previdência limitando-se ao percentual mínimo de 1% e máximo de 5% do salário bruto, de acordo com a opção feita pelo funcionário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante da despesa dessa contribuição foi de R\$ 2.495 (31/12/2020: R\$ 2.367) e está registrado na rubrica "despesas de pessoal".

Com base na Resolução CMN nº 4.877/20, o Banco elabora anualmente, para a data-base de dezembro, o estudo atuarial sobre a aplicação do CPC 33 – Benefícios a empregados, que resultou no montante de provisão acumulada de R\$ 320 (31/12/2020: R\$ 475).

33. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido contábil	626.318	348.251
Eventos não recorrentes	4	17
Resultado por baixa e/ou venda de ativos (i)	4	17
Lucro líquido recorrente	626.322	348.268

- (i) O Banco não tem por finalidade a venda de ativos como objeto principal de seu negócio. Os valores estão apresentados líquidos de imposto de renda e contribuição social.

34. VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS

34.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo	Nível 1	Valor justo	Nível 1
Ativos financeiros disponíveis para venda	496.740	496.740	358.048	358.048
Títulos públicos	496.740	496.740	358.048	358.048

Nível 1: Para os títulos públicos, a avaliação geralmente baseia-se em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como ANBIMA.

34.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros do Banco, exceto os ativos financeiros disponíveis para venda, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.

Descrição	31/12/2021			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades (a)	10.278	10.278	10.278	-
Instrumentos financeiros e outros créditos (b)	12.427.689	11.065.516	812.645	10.252.871
Passivos financeiros	8.799.591	8.541.638	8.541.638	-
Captações no mercado aberto (a)	46.800	46.800	46.800	-
Depósitos (c)	807.001	805.742	805.742	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (c)	1.341.568	1.131.674	1.131.674	-
Relações interfinanceiras (a)	6.604.222	6.604.222	6.604.222	-
Outros passivos (d)	1.770.812	1.770.812	1.770.812	-

Descrição	31/12/2020			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades (a)	7.742	7.742	7.742	-
Instrumentos financeiros e outros créditos (b)	10.431.069	10.036.372	701.654	9.334.718
Passivos financeiros	6.994.109	6.990.537	6.990.537	-
Depósitos (c)	330.142	331.545	331.545	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (c)	1.185.911	1.180.936	1.180.936	-
Relações interfinanceiras (a)	5.478.056	5.478.056	5.478.056	-
Outros passivos (d)	2.000.430	2.000.430	2.000.430	-

Nível 2: O Nível 2 inclui as informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente, que geralmente são: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de/ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: O Nível 3 inclui as informações de dados para os ativos que não são baseados em dados observáveis de mercado como o fator de risco de crédito atrelado ao valor justo da carteira de crédito.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Disponibilidades, captações no mercado aberto e relações interfinanceiras - Os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo, pois caracterizam operações de curto prazo.

b) Instrumentos financeiros e outros créditos

Carteira em dia sem juros: levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva Swap DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI *Over*. Ambas com data de referência desta demonstração financeira. Carteira em dia com juros: levada a valor futuro pela taxa média do Banco informada ao BACEN em seus vértices de vencimento. Trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em atraso: levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva Swap DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI *Over*. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Como componente do Risco de Crédito, atrelado ao cálculo do valor justo para a carteira, o Banco considerou a provisão para perdas esperadas segundo as orientações do IAS-IFRS9 relativa à carteira local. No conceito IFRS9, a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração.

c) Recursos de aceites e emissão de títulos e depósitos - O valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do CDI (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título).

d) Outros passivos - O valor justo é igual ao valor contábil levando em consideração que o pagamento da obrigação não sofrerá alteração até o momento da liquidação.

35. GESTÃO DE CAPITAL E DOS RISCOS DE LIQUIDEZ, MERCADO, CRÉDITO E OPERACIONAL

O Banco atua com uma estrutura segregada e independente das demais atividades do negócio para a atividade de gerenciamento integrado de riscos e capital, buscando assegurar que os riscos incorridos sejam mitigados e administrados de acordo com os limites estabelecidos.

Na Estrutura Organizacional, o Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer diretrizes, aprovar as políticas e definir o nível de apetite ao Risco na Instituição. O Conselho de Administração conta ainda com uma estrutura de Comitês como ALCO (Comitê de Ativos e Passivos), Comitê de Risco de Crédito, Comitê de Riscos e o CIR (Comitê Integrado de Riscos) que tem por objetivo facilitar a comunicação para a alta Administração.

Com o objetivo de garantir uma atuação independente, a Superintendência de Riscos Integrados é responsável pelo gerenciamento dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental e gestão do capital. O processo de Gerenciamento Integrado de Riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração.

O Banco realiza a gestão integrada de riscos em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, para isto foi aprovado pelo Conselho de Administração um plano de ação, buscando a aderência às melhores práticas de mercado.

35.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma discontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por meio de controle diário do fluxo de caixa, elaborado através de modelos internos, projetando cenários de curto e longo prazo, considerando as principais fontes de receitas, despesas e riscos relacionados, e variáveis econômicas que influenciam o negócio, possibilitando uma visão estratégica do impacto do risco de liquidez no negócio. Esses modelos são baseados em metodologias que atendem às necessidades do nosso negócio e passam por validações periódicas através de testes de aderência.

Compõe o gerenciamento de risco de liquidez, a simulação de cenários de estresse considerando que as premissas de maior impacto sejam por eventos internos ou impactos macroeconômicos. Por meio destes cenários, podemos definir linhas de contingências e estratégias de liquidez. As decisões são aprovadas no ALCO.

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de liquidez é realizado por meio do relatório mensal Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL).

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecer um retorno satisfatório.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos do Banco e os prazos de amortizações contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros, incluindo juros dos instrumentos financeiros.

Ativos	31/12/2021					
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT..	496.740	46.972	-	-	449.768	496.740
Operações de crédito	13.194.315	9.296.422	3.314.572	583.321	-	13.194.315
(-) Provisão para perda esperada	(1.579.271)	(1.408.848)	(127.784)	(42.639)	-	(1.579.271)
Total	12.111.784	7.934.546	3.186.788	540.682	449.768	12.111.784

Passivos	31/12/2021					
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos	807.001	437.335	273.914	95.752	-	807.001
Captação no mercado aberto (i)	46.800	46.800	-	-	-	46.800
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	1.341.568	-	114.297	1.227.271	-	1.341.568
Relações interfinanceiras	6.604.222	5.313.586	1.281.255	9.381	-	6.604.222
Total	8.799.591	5.797.721	1.669.466	1.332.404	-	8.799.591

- (i) Os vencimentos e rentabilidades das captações estão detalhados na nota 15.

- (ii) Os vencimentos e rentabilidades das letras financeiras estão detalhados na nota 16.

Ativos	31/12/2020					
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Aplicações em operações compromissadas	487.380	487.380	-	-	-	487.380
Letras Financeiras do Tesouro – LFT..	358.048	-	-	-	358.048	358.048
Operações de crédito	11.062.639	7.610.976	2.914.930	536.733	-	11.062.639
(-) Provisão para perda esperada	(1.333.224)	(1.086.922)	(144.928)	(101.374)	-	(1.333.224)
Total	10.574.843	7.011.434	2.770.002	435.359	358.048	10.574.843

Passivos	31/12/2020					
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos	330.142	273.623	3.361	53.158	-	330.142
Recursos de aceites e emissão de títulos (i)	1.185.911	-	684.478	388.571	112.862	1.185.911
Relações interfinanceiras	5.478.056	4.398.895	1.076.799	2.362	-	5.478.056
Total	6.994.109	4.672.518	1.764.638	444.091	112.862	6.994.109

- (i) Os vencimentos e rentabilidades das letras financeiras estão detalhados na nota 16.

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucuri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

Carrefour banco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

35.2. Risco de mercado

Risco de mercado e risco de taxas de juros da Carteira *Banking* (IRRBB - Risco de mercado) define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Para estas possibilidades temos duas subdefinições:

- o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e
- o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Atualmente, o Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia permite que o Banco mantenha baixo seu nível de exposição com relação ao risco de mercado. Para realizar operações financeiras no mercado, a Instituição dispõe de uma carteira de títulos públicos de alta qualidade e liquidez, sendo que as operações são negociadas exclusivamente na carteira *banking*.

O *report* regulatório das posições relacionadas ao risco de mercado é efetuado por meio do relatório mensal CADOC 2040, que compõe o "Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM)", em cumprimento às exigências da Resolução CMN nº 3.464/07 e da Circular BACEN nº 3.687/13.

35.2.1. Análise de sensibilidade

O Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, viabilizando o acesso ao crédito por meio dos Cartões Carrefour e Atacadão. Essa estratégia reflete em uma posição patrimonial de ativos e passivos com menor exposição a alterações significativas em seus valores contábeis apurados em decorrência das incertezas e sensibilidades de riscos de mercado, alterações de taxas de juros, taxas inflacionárias, cambiais e outros fatores econômicos. As principais exposições de ativos e passivos do balanço do Banco em 31 de dezembro de 2021 foram analisadas considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme seguem:

Ativos

Títulos e Valores Mobiliários: Instrumentos com baixo risco, e constantemente negociados sem variações relevantes dos valores de mercado e as taxas pós-fixadas do instrumento, mesmo que com choques relevantes de cenário, não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de Moeda Estrangeira: A exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que um cenário estressado de risco cambial.

Operações de Crédito: O valor apurado corresponde ao montante recebível das faturas em aberto e saldos em atraso negociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma, as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas práticas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

Passivos

As exposições em Depósitos e Letras Financeiras são instrumentos financeiros passivos precificados com base em taxas de juros pós-fixadas. Entretanto, a alteração dessas taxas não refletiria e uma alteração significativa nas posições contábeis mensuradas para a data de apresentação do balanço, uma vez que os saldos passivos são reflexos do indexador atual praticado em cada um dos instrumentos e qualquer alteração seria refletida apenas em posições futuras.

35.3. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na negociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito está baseada na Resolução CMN nº 4.557/17.

Atualmente, o Banco atua no segmento de varejo via concessão de crédito a pessoas físicas através dos cartões Carrefour e Atacadão. Os principais riscos de crédito incorridos pelo Banco estão relacionados à inadimplência de tomadores de créditos na liquidação dos compromissos assumidos, desembolsos financeiros para honrar compromissos de créditos ou operações de naturezas semelhantes e de possíveis renegociações em termos desfavoráveis frente às condições pactuadas inicialmente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito acompanha os indicadores de concessão de crédito, de utilização do crédito por seus clientes e de recuperação de operações inadimplentes e/ou lançadas à perda contábil.

A concessão de crédito é realizada através da seleção de clientes por análise qualitativa e quantitativa de perfis. Para determinação do limite a ser disponibilizado, a área conta com sistemas automatizados, modelos estatísticos e indicadores gerenciais definidos em políticas internas da Instituição.

A gestão do portfólio é direcionada por indicadores gerenciais e sistemas que permitem alterações de limites de crédito de forma massificada e automática. Critérios de elegibilidade a estas ações, bem como limitadores de valores e períodos para realização das mesmas, estão definidos em política interna.

Sobre a carteira inadimplente ou com tendência à inadimplência são realizadas ações de recuperação da saúde financeira do cliente e das operações com alta probabilidade de *default*. A régua de ações de cobrança, definições estratégicas de atuação, política de descontos em negociações e remuneração de escritórios externos de cobrança estão definidos em política interna.

Os relatórios de análise da carteira de crédito são disponibilizados às áreas de negócio e à alta Administração. Periodicamente são apresentados ao Comitê de Risco de Crédito, ao ALCO e CIR indicadores como o custo de crédito, saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), indicadores de performance e inadimplência da carteira e a parcela de alocação de capital para exposições ao risco de crédito.

35.4. Risco operacional

Risco Operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos (catástrofes naturais, crises sociais e econômicas do mercado, problemas com infraestrutura e crises sistêmicas) ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui ainda o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e à indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O Banco classifica os eventos de riscos identificados em seus processos nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas junto aos clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Danos que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- Falhas sistêmicas de tecnologia da informação; e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

A área de Risco Operacional & Controles Internos encontra-se sob a mesma estrutura dos demais riscos e é responsável por implementar as políticas e os procedimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos operacionais do Banco.

A política de Risco Operacional & Controles Internos do Banco é submetida à revisão e aprovação anual pela Diretoria de Riscos & Governança de Dados e pelo Conselho de Administração, e tem o objetivo de estabelecer as diretrizes e estratégias do gerenciamento de riscos operacionais e controles internos da Instituição, definindo um sistema de regras, princípios e responsabilidades de modo a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, em conformidade com as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores (CMN e BACEN).

Segundo os princípios de boas práticas determinados pelo BACEN, o sistema de gerenciamento de risco operacional do Banco estrutura-se em três linhas de defesa, com papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a reafirmar a segregação entre as unidades de negócios e suporte e garantir a gestão dos riscos de forma descentralizada e independente, além de uma governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam à alta Administração.

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Risco Operacional & Controles Internos utilizadas no Banco para o eficaz gerenciamento dos riscos operacionais, ressaltamos:

- Mapeamento de riscos e controles;
- Base de perdas operacionais;
- Execução de testes;
- Monitoramento dos planos de ação para mitigação dos riscos apontados; e
- A mensuração da exposição final ao risco.

Em atendimento ao disposto pela Circular BACEN nº 3.640/13, o Conselho de Administração do Banco optou por seguir a metodologia designada por "Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada" para cálculo do Capital Regulatório para Risco Operacional.

35.5. Risco estratégico

Segundo as definições do COSO (2017), o Risco Estratégico pode ser identificado por três grandes dimensões, que dizem respeito à sinergia entre o Planejamento Estratégico e os Riscos relacionados à estratégia. Essas três grandes dimensões são:

- A possibilidade da estratégia não estar alinhada com a missão, visão e principais valores;
- As implicações derivadas da estratégia escolhida; e
- Riscos na execução da estratégia.

O processo de definição do Planejamento Estratégico deve considerar os principais riscos que podem afetar os seus objetivos estratégicos e de negócio e resultar em indicadores que permitam ganhos de performance.

O inventário de Riscos Estratégicos foi desenvolvido em sinergia com a área de Planejamento Estratégico. Após a definição das Diretrizes Estratégicas do Banco, os riscos foram avaliados nas três dimensões citadas anteriormente.

35.6. Risco socioambiental

Risco socioambiental define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Para o gerenciamento desse risco devemos considerar:

- Sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da Instituição;
- Registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;
- Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e
- Procedimentos para adequação do gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

Contamos com procedimentos internos para identificar, avaliar, gerenciar e mitigar os riscos socioambientais das operações e atividades. Este gerenciamento ocorre de acordo com as diretrizes descritas nos itens abaixo:

- Aprovação de novos produtos e serviços: Avaliamos e gerenciamos os potenciais impactos socioambientais negativos de produtos e serviços por meio de uso de critérios no processo de criação e/ou revisão dos nossos produtos, incluindo os riscos de reputação, e possuímos normas internas de aprovação de produtos e serviços avaliando aspectos regulatórios e de gestão de riscos;
- Relação com partes interessadas: Promovemos o desenvolvimento contínuo e a oferta de produtos e serviços financeiros que contribuam com o desenvolvimento sustentável;
- Fornecedores e prestadores de serviços: Buscamos sempre trabalhar com prestadores de serviços / fornecedores que tenham boa conduta ética e que incentivem a adoção de boas práticas dentro de suas empresas, repudiando qualquer prática que não esteja em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, que se mostrem vinculadas a ações de favorecimento pessoal ou que caracterizem situações de corrupção ou suborno. Para nos assegurar destes riscos, incluímos em todos os contratos com fornecedores, cláusulas que estipulam obrigações anticorrupção e socioambientais, incluindo a proibição de trabalho escravo, infantil e exploração sexual, bem como o respeito ao meio ambiente, dependendo do escopo de atividade do fornecedor ou prestador de serviços;
- Orientação financeira: Reconhecemos a importância do uso consciente dos produtos financeiros pelos clientes pessoas físicas, incluindo os próprios funcionários da Instituição. Por isso, promovemos a educação financeira, por meio da informação e da orientação para o uso adequado e consciente do crédito; e
- Governança: Mantemos uma estrutura de governança compatível com nosso porte e a natureza do nosso negócio, buscando promover o tratamento adequado das questões socioambientais. Para tanto, possuímos o Diretor de Riscos, Crédito & Cobrança, responsável pelo cumprimento da Política de Gestão do Risco Socioambiental.

35.7. Risco reputacional

O risco reputacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos que possam prejudicar a imagem do Banco.

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Gestão Integrada de Riscos, que modela o risco reputacional do Banco, ressaltamos:

- Base de reclamações por jornada de cliente;
- Acompanhamento das citações em mídias sociais;
- Modelagem das informações para perda esperada; e
- Monitoramento do apetite a riscos de reclamações x contas ativas.

Para assegurar uma gestão efetiva do risco à estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos abrange:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de risco reputacional (monitoramento, controle e avaliação); e
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê Integrado de Riscos e Conselho de Administração).

35.8. Gestão de capital

Gestão de capital na Instituição reflete um processo contínuo de ações que consideram os seguintes pontos de acordo com a exigência regulatória:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- A avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está exposta; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Para assegurar uma gestão efetiva do capital, a estrutura de Gerenciamento de Capital abrange:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de capital (monitoramento, controle, avaliação e necessidade de capital e planejamento de metas) realizadas por área específica e segregada das demais áreas do negócio;
- Comitê de Ativos e Passivos como órgão decisório; e
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração).

A Instituição possui um plano de capital consistente para um horizonte de tempo de 3 anos. Este plano é atualizado anualmente e inclui a projeção do capital disponível considerando o planejamento estratégico, as principais fontes de capital e um plano de contingência para suprir uma possível necessidade de capital, inclusive em cenários de estresse, dando suporte à Instituição para alcançar as metas definidas.

A divulgação de informações referente à Gestão de Capital fica a cargo da área de Riscos, que reporta ao ALCO e ao CIR as informações do capital da Instituição, bem como informações a respeito dos processos acompanhados. O ALCO, por sua vez, é responsável por monitorar a adequação de capital e analisar os resultados apresentados com periodicidade mínima de quatro vezes ao ano.

A avaliação de suficiência do capital para suportar os riscos aos quais a Instituição está exposta é apurada por meio da relação entre Alocação de Capital Regulatório (RWA) para os riscos de crédito, mercado e operacional e o capital da Instituição.

O indicador utilizado para medir a suficiência é o Índice de Basileia, que é apurado mensalmente pela área de Gestão Integrada de Riscos, utilizando as premissas determinadas nos normativos divulgados pelo BACEN.

36. ÍNDICE DE BASILEIA

Este gerenciamento é realizado por meio do Índice de Basileia que é apurado entre a relação de patrimônio de referência e os ativos ponderados pelos riscos, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil "BRGAAP". No Brasil, o índice mínimo requerido para 2021 é de 8%.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo requerido e o Índice de Basileia, apurado de acordo com as Resoluções da CMN e as normas do BACEN.

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência		
Nível I	2.108.223	2.049.057
Capital principal.....	2.860.895	2.817.046
Ajuste prudencial.....	(752.672)	(767.989)
Total	<u>2.108.223</u>	<u>2.049.057</u>
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco - RWA		
RWA _{CPAD} - Risco de crédito.....	11.413.774	12.050.055
RWA _{MPAD} - Risco de mercado.....	16.400	11.101
RWA _{OPAD} - Risco operacional.....	1.113.476	944.031
Total	<u>12.543.650</u>	<u>13.005.187</u>
Patrimônio de referência mínimo requerido.....	1.003.492	1.040.415
Folga em relação ao PR mínimo requerido.....	1.104.731	1.008.642
Índice de Basileia	<u>16,8%</u>	<u>15,8%</u>

O Índice de Basileia de 31 de dezembro de 2021, subiu em relação ao período anterior devido ao aumento do Patrimônio de Referência (PR) e a redução nos ativos ponderados pelo risco (RWA). O aumento do PR é proveniente do crescimento orgânico do Banco no ano. A redução no RWA, em particular no RWA_{CPAD} (Risco de Crédito), refere-se à não alocação de capital para limites disponíveis para crédito pessoal (sujeito à análise de crédito). O nível de solvência da Instituição permanece acima do mínimo exigido pelo regulador local (8%), em aderência à Resolução CMN nº 4.193/13.

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

37.1. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Descrição	Passivo	Patrimônio líquido		Total
	Dividendos a distribuir	Capital social	Reservas de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>160.612</u>	<u>1.142.000</u>	<u>1.425.259</u>	<u>2.727.871</u>
Aumento de capital social.....	-	600.000	(600.000)	-
Recursos provenientes da destinação do resultado.....	99.252	-	248.999	348.251
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos pagos.....	(160.612)	-	-	(160.612)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>99.252</u>	<u>1.742.000</u>	<u>1.074.258</u>	<u>2.915.510</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>99.252</u>	<u>1.742.000</u>	<u>1.074.258</u>	<u>2.915.510</u>
Recursos provenientes da destinação do resultado.....	178.501	-	447.817	626.318
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos pagos.....	(99.252)	-	-	(99.252)
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores....	-	-	(287.971)	(287.971)
Juros sobre capital próprio de exercícios anteriores.....	-	-	(119.031)	(119.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>178.501</u>	<u>1.742.000</u>	<u>1.115.073</u>	<u>2.874.962</u>

37.2. Resolução CMN nº 4.966 - Convergency às normas internacionais (IFRS 9)

Em novembro de 2021, o BACEN publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo é a convergency das normas contábeis das instituições financeiras às normas internacionais.

A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022, em relação aos artigos 24, 76 a 78 e inciso XIX do artigo 80, e em 1º de janeiro de 2025, em relação aos demais dispositivos.

Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor dos normativos.

37.3. Resolução CMN nº 4.975 - Convergency às normas internacionais (IFRS 16)

Em dezembro de 2021, o BACEN publicou a Resolução CMN nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo do normativo é a convergency das normas contábeis das instituições financeiras às normas internacionais.

A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor dos normativos.

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucuri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

Carrefour

banco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

38. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

O governo brasileiro e o BACEN tomaram medidas para combater os impactos da COVID-19 nas operações de crédito, captação de recursos e temas relativos ao capital.

A seguir relacionamos as principais medidas adotadas:

- Resolução CMN nº 4.782/20 - facilita a renegociação de operações de créditos de pessoas física e jurídica, dispensando os bancos de aumentarem o nível de provisionamento destas operações;
- Resolução CMN nº 4.783/20 - diminui as exigências de capital mínimo para as instituições, reduzindo o percentual exigido de capital de conservação de 2,5% para 1,625%, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito das instituições;
- Resolução CMN nº 4.795/20 - autoriza o BACEN a conceder operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez para aquisição de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros ou valores mobiliários (LTEL-LFG);
- Resolução CMN nº 4.803/20 - alterada pela Resolução CMN nº 4.855/20 permite a reclassificação das operações renegociadas entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020 para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020;
- Resolução CMN nº 4.820/20 estabelece, por prazo determinado, vedações a remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, a recompra de ações e a redução de capital social, a serem observadas por

instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando os potenciais efeitos da pandemia do coronavírus (COVID-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional;

- Circular BACEN nº 4.030/20 altera a Circular BACEN nº 3.809/16, que estabelece os procedimentos para o reconhecimento de instrumentos mitigadores no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD), de que trata a Resolução nº 4.193/13;
- Resolução CMN nº 4.856/20 altera a Resolução CMN nº 4.782/20 que estabelecia, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da COVID-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gerenciamento de risco de crédito.

Durante o exercício de 2021, o Banco apresentou um crescimento expressivo nas vendas quando comparado ao ano anterior, principalmente devido a maior venda *off-us* (utilização dos cartões de crédito em rede aberta), reflexo da reabertura do comércio de uma forma geral, além da retomada da concessão de novos cartões com participação cada vez maior do canal digital. Os indicadores de inadimplência não apresentaram impactos relevantes, demonstrando que o Banco fecha o ano com uma aceleração na geração de negócios sem abrir mão da qualidade da sua carteira de crédito.

Os impactos da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis estão refletidos nas notas: 7. Operações de crédito; 8. Outros créditos; 14. Depósitos interfinanceiros; e 21. Rendas de operações de crédito. Mais informações sobre as ações realizadas estão disponíveis no Relatório da Administração.

A DIRETORIA

CARLOS EDUARDO CARVALHO MAUAD
Diretor-Presidente

LAÉRCIO SCHULZE DE SOUSA
Diretor Financeiro

ANDRÉ LUIZ MORAIS TONELINI
Diretor de Negócios

AYDES BATISTA MARQUES JUNIOR
Diretor de Tecnologia da Informação & Operações

ROBERTO SADAMI IKEGAMI
Diretor de Gerenciamento de Riscos

LUIZ GUSTAVO VARGAS SOUTO
Diretor de Vendas, Atendimento & Parcerias

CONTABILIDADE

VALÉRIA DIAS PRATES
Contadora - CRC nº 1SP239180/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão consultivo permanente, que assessorava o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão, analisando e assegurando a observância, por parte do Banco, das leis e regulamentos aplicáveis.

É responsável pela supervisão (i) dos processos de controles internos e de administração de riscos; (ii) das atividades da Auditoria Interna; e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente do Banco.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria do Banco estabelece a sua composição por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 4 (quatro) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que um dos membros, no mínimo, deverá ser designado Especialista Financeiro. Por ser uma instituição de capital fechado, o Banco enquadra-se ao Item II do Artigo 13 da Resolução CMN nº 3.198/04, que permite a eleição de diretores do Banco como integrantes do comitê.

O Comitê de Auditoria elevou o nível de governança incorporando um membro independente em 25 março de 2019, que também foi nomeado como Especialista Financeiro, restabelecendo a conformidade com a Resolução CMN nº 3.198/04. Desta forma, o comitê passou a possuir 4 (quatro) membros aprovados pelo Banco Central do Brasil. As reuniões do Comitê de Auditoria do Banco contaram também com a presença de diretores da Auditoria Interna do Banco Itaú S.A. e da diretoria do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. como convidados, ambos sócios do Banco, além das áreas de Auditoria Interna (Coordenador do Comitê) e *Compliance* (Secretária do Comitê) do Banco.

As atividades do Comitê de Auditoria do Banco iniciaram-se em 23 de março de 2016 e atualmente apresenta a seguinte composição:

Carlos Eduardo Carvalho Mauad	- Presidente
Roberto Sadami Ikegami	- Membro
Laércio Schulze de Sousa	- Membro
José Ronaldo Vilela Rezende	- Especialista Financeiro / Membro Independente

Atividades exercidas

No intuito de cumprir suas atribuições e, em atendimento ao previsto em seu Calendário Anual de Trabalho, o Comitê de Auditoria reuniu-se 8 (oito) vezes no ano de 2021. As demonstrações financeiras relativas ao fechamento de dezembro de 2021 foram analisadas em reunião de 10/02/2022, oportunidade em que também foi avaliado e aprovado o presente relatório.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis e financeiros, controles internos, processos de negócio e produtos, operações, crédito e cobrança, *compliance*, segurança da informação, gestão de riscos e atividades de Auditoria Interna e a revisão do modelo de provisão de crédito IFRS9.

Em conjunto com a Auditoria Externa, acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial a revisão das demonstrações financeiras e o relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/09.

Foram examinadas as demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e a conformidade com as práticas contábeis adotadas no país.

Nas situações em que foram identificadas oportunidades de melhoria, foram sugeridos aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no período, em linha com as suas atribuições, o Comitê de Auditoria concluiu que: (i) o Sistema de Controles Internos está bem consolidado e não identificou no período fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o Sistema de Controles Internos, como um todo, não é efetivo; (ii) a Auditoria Interna, tendo por base os assuntos discutidos, desempenha suas funções de forma independente e adequada; (iii) a Auditoria Externa - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. - realizou seus trabalhos de forma independente e efetiva; e (iv) as demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31/12/2021 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco e estão em condições de ser aprovadas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria, Conselho de Administração e Acionistas do Banco CSF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CSF S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas levando em consideração as normas regulamentares do BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 2.682/99, e fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com as políticas internas que consideram o estabelecimento de "ratings" de crédito e as expectativas de realização da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos. Em adição ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, o Banco complementa, quando necessário, suas estimativas por meio da constituição de provisão adicional.

O Banco utiliza modelo interno na determinação da provisão adicional, que leva em consideração dados econômico-financeiros, de mercado, experiência de perda histórica, expectativa futura, entre outros.

Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, do uso de estimativa e do uso de julgamento por parte da Diretoria utilizados no cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (b) leitura da política de provisionamento do Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (c) envolvimento de especialistas na revisão dos modelos utilizados; (d) avaliação do desenho dos controles internos sobre o monitoramento das premissas utilizadas no modelo; (e) análise dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra, e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria do Banco para determinar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Valores comparativos de 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras do Banco referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 foi auditada por outro auditor independente, que emitiu relatório em 15 de fevereiro de 2021 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022.

Deloitte
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador CRC nº 1 SP 236588/O-4



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>